



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Ofício CM nº 57 / 2022 / CMV.

Santa Rosa, 13 de abril de 2022.

A Vossa Senhoria o Senhor  
Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal  
Senado Federal - Praça dos Três Poderes  
Brasília/ DF - CEP 70.165-900

**Assunto: Moção de Apoio / Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2022 (Pec 9/2022) –  
Indicação nº 029/2022 - Ver. Régis Machado Bonmann, com associação e aprovação de  
TODOS os Vereadores.**

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rosa, honrada com a oportunidade, através da Indicação do Vereador Régis Machado Bonmann, com associação de TODOS os Vereadores desta Casa, manifesta apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2022 (PEC 9/2022), a qual acrescenta dispositivos ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

Após 11 anos de luta dos profissionais Agentes Comunitários no Brasil, finalmente no último dia 23 de março foi dado o primeiro passo para a instituição do piso nacional da categoria, através da aprovação da PEC 09/22, já em dois turnos, pela Câmara dos Deputados. O texto que agora segue para a análise dos senadores, institui um piso salarial nacional de dois salários mínimos, equivalente a R\$ 2.424,00 em 2022, para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias a ser bancado pela União. A proposta garante ainda adicional de insalubridade e aposentadoria especial devido aos riscos inerentes às funções desempenhadas.

Todos os meses, o Ministério da Saúde repassa para os municípios o valor de quase dois salários mínimos por agente para reforçar o pagamento da remuneração. No entanto, muitas vezes esses valores não chegam em sua totalidade no bolso desses profissionais.

De acordo com a proposição, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão estabelecer outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações a fim de valorizar o trabalho destas categorias. O orçamento de 2022 prevê o uso de R\$ 800 milhões para o pagamento do piso das categorias deste ano, que passou de R\$ 1.550 (2021) para R\$ 1.750. A PEC determina ainda que os recursos deverão constar no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva e, quando repassados, seja para pagar salários ou qualquer



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

outra vantagem a esses agentes, não serão incluídos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Protocolado em 2011 (PEC 22/2011), o projeto pretende oferecer mais dignidade aos profissionais que estão no dia a dia inseridos nas comunidades, sendo o lastro primeiro da construção do sistema de saúde pública em nosso País.

Existem cerca de 400 mil agentes no Brasil. O reconhecimento popular da importância dessas categorias, infelizmente, não corresponde a remunerações dignas. A Constituição Federal determina no inciso V, do art. 7º, que é direito dos trabalhadores o “ piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”. Neste sentido, a aprovação da PEC 09/2022 é algo fundamental para definir uma política remuneratória e de valorização a esses profissionais que exercem atividades fundamentais de prevenção e combate a agentes transmissores de doenças infecciosas.

Vale lembrar ainda que, enquanto o mundo enfrentava o maior desafio sanitário deste século, o reconhecimento da função social desses agentes ficou ainda mais explícito e inquestionável. Por isso, toda política de estado deve incentivar esse reconhecimento, a fim de contribuir para que o conhecimento teórico e prático seja incrementado com verbas, oportunidades, salários adequados e, sobretudo, deferência e consideração. Neste sentido, a PEC encaminhada ao Senado Federal pretende corrigir esta incoerência.

Dito isto, é evidente que a categoria profissional de agentes comunitários é fundamental para a Estratégia de Saúde da Família do SUS. Neste sentido, pedimos que a aprovação da PEC 09/2022 seja imediata pelo Senado Federal, bem como contamos com o apoio irrestrito dos ilustres Pares na aprovação desta matéria para que seja sancionada sem delongas pelo presidente da República.

Diante disso, despedimo-nos e reforçamos o inteiro apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2022 (PEC 9/2022).

Seguem em anexo cópia da indicação apresentada na sessão ordinária de 11 de abril de 2022 e aprovada por TODOS os *Edis* desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Verª. Cleonice Elisete Brinhol,  
Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rosa/RS



APROVADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA

**Indicação 0029/2022 Moção**

O Vereador que esta subscreve, da bancada do Partido dos Trabalhadores, nos termos do Art. 116 do Regimento Interno, indica à Mesa Diretora o envio de Moção de Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2022 (PEC 9/2022), a qual acrescenta dispositivos ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. A mesma deverá ser enviada ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), bem como aos senadores gaúchos, a fim de solicitar o apoio e manifestação favorável dos nobres parlamentares à aprovação desta proposição.

Após 11 anos de luta dos profissionais Agentes Comunitários no Brasil, finalmente no último dia 23 de março foi dado o primeiro passo para a instituição do piso nacional da categoria, através da aprovação da PEC 09/22, já em dois turnos, pela Câmara dos Deputados. O texto que agora segue para a análise dos senadores, institui um piso salarial nacional de dois salários mínimos, equivalente a R\$ 2.424,00 em 2022, para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias a ser bancado pela União. A proposta garante ainda adicional de insalubridade e aposentadoria especial devido aos riscos inerentes às funções desempenhadas.

Todos os meses, o Ministério da Saúde repassa para os municípios o valor de quase dois salários mínimos por agente para reforçar o pagamento da remuneração. No entanto, muitas vezes esses valores não chegam em sua totalidade no bolso desses profissionais.

De acordo com a proposição, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão estabelecer outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações a fim de valorizar o trabalho destas categorias. O orçamento de 2022 prevê o uso de R\$ 800 milhões para o pagamento do piso das categorias deste ano, que passou de R\$ 1.550 (2021) para R\$ 1.750. A PEC determina ainda que os recursos deverão constar no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva e, quando repassados, seja para pagar salários ou qualquer outra vantagem a esses agentes, não serão incluídos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Protocolado em 2011 (PEC 22/2011), o projeto pretende oferecer mais dignidade aos profissionais que estão no dia a dia inseridos nas comunidades, sendo o lastro primeiro da construção do sistema de saúde pública em nosso País.

Existem cerca de 400 mil agentes no Brasil. O reconhecimento popular da importância dessas

Rua Guaporé, 376 - CEP: 98780-082, Centro, Santa Rosa/RS

Fone: (55) 3512-5549 - E-mail: imprensa@camarasantarosa.rs.gov.br

Página 1

www.camarasantarosa.rs.gov.br

Protocolo: 0278/2022

*(Assinatura do Vereador Márcio Barcellos)*

*Associação de Todos os Vereadores*



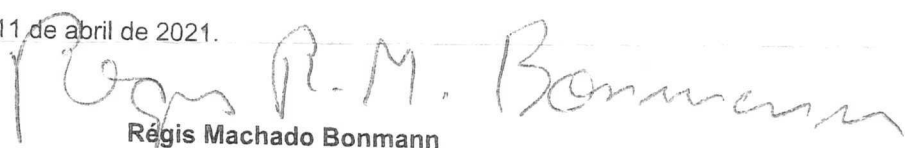
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA**

categorias, infelizmente, não corresponde a remunerações dignas. A Constituição Federal determina no inciso V, do art. 7º, que é direito dos trabalhadores o "piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho". Neste sentido, a aprovação da PEC 09/2022 é algo fundamental para definir uma política remuneratória e de valorização a esses profissionais que exercem atividades fundamentais de prevenção e combate a agentes transmissores de doenças infecciosas.

Vale lembrar ainda que, enquanto o mundo enfrentava o maior desafio sanitário deste século, o reconhecimento da função social desses agentes ficou ainda mais explícito e inquestionável. Por isso, toda política de estado deve incentivar esse reconhecimento, a fim de contribuir para que o conhecimento teórico e prático seja incrementado com verbas, oportunidades, salários adequados e, sobretudo, deferência e consideração. Neste sentido, a PEC encaminhada ao Senado Federal pretende corrigir esta incoerência.

Ditô isto, é evidente que a categoria profissional de agentes comunitários é fundamental para a Estratégia de Saúde da Família do SUS. Neste sentido, pedimos o encaminhamento desta pauta com a maior brevidade possível e que a aprovação da PEC 09/2022 seja imediata pelo Senado Federal, bem como contamos com o apoio irrestrito dos ilustres Pares na aprovação desta matéria para que seja sancionada sem delongas pelo presidente da República.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2021.

  
**Régis Machado Bonmann**